

# *empréstimo que Simon recusa*

*BC e Itamarati aceitam*

Brasília — O Banco Central e o Ministério das Relações Exteriores são favoráveis a que o Brasil aceite um empréstimo do Banco Mundial, no valor de 350 milhões de dólares, para financiamento a exportação de produtos agrícolas. A proposta do Banco Mundial prevê o estabelecimento de um sistema livre de comércio, com o fim de quotas, impostos e subsídios e de qualquer forma de controle sobre o mercado interno.

O Ministério da Agricultura, no entanto, é contra essas alterações, sob o argumento de que a produção agrícola brasileira ficaria desprotegida frente à competição do mercado internacional. Segundo dois técnicos do Banco Central, a proposta do Banco Mundial se insere na política de preços mínimos e tornará a política de comercialização agrícola brasileira mais dinâmica e possibilitará melhor remuneração do setor produtivo rural.

No Ministério das Relações Exteriores, a observação parte do princípio de que a tendência da economia mundial, com a prática de dumping por parte dos países desenvolvidos, encontrará na proposta do Banco Mundial instrumentos para sua neutralização.

As sugestões de mudanças na política de comercialização agrícola do Brasil, propostas pelo Banco Mundial, têm seis pontos, assim expressos: evitar a imposição de quotas ou quaisquer restrições quantitativas ou administrativas nas exportações ou importações destes produtos — soja (e derivados) milho e algodão; evitar a imposição de impostos e subsídios de importação e exportação para esses produtos, exceto em casos onde sejam necessários ao suporte de seus preços mínimos.

Além disso, não poderá adotar a imposição de quaisquer controles diretos ou indiretos nas vendas domésticas de produtos agrícolas; restringir as vendas, no mercado interno, a preços abaixo da paridade ou a preço mínimo corrigido (sempre pela maior cotação); restrição de vendas de estoques governamentais de arroz e feijão, abaixo do preço mínimo corrigido ou o preço de mercado; um esquema com definição relativa de preços para eliminação dos subsídios ao trigo.